



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.^a COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 7 DE DEZEMBRO DE 2011

Presidente: Ex.^{mo} Sr. José Diogo

Secretários: Ex.^{mo} Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 9 horas e 35 minutos.

A 2.^a Comissão Especializada Permanente apreciou e aprovou, na especialidade, o orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro. Usaram da palavra os Srs. Ministros Secretário-Geral do Governo (Afonso Varela), das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos), da Descentralização e dos Assuntos Parlamentares (Arlindo Ramos) e os Srs. Deputados Delfim Neves (PCD), Idalécio Quaresma (ADI),

Domingos Boa Morte (ADI), José Viegas (MLSTP/PSD), Sebastião Santos (PCD), Gil Costa (PCD), António Barros (MLSTP/PSD), Octávio Boa Morte (ADI), Alexandre Guadalupe (ADI), Hélder Paquete (ADI), Levy Nazaré (ADI), Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD) e Arlindo Semedo (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 9 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Alexandre da Conceição Guadalupe
José da Graça Diogo
José António Sacramento Miguel
Octávio da Costa de Boa Morte Fernandes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

António Neves Sacramento Barros
António da Trindade Afonso Ramos
Dionísio Fernandes Leopoldino
Gaudêncio Costa

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Gil Mascarenhas Costa

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, apreciando o orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro. Temos entre nós o Ministro Secretário-Geral do Governo que, em princípio, tutela esse Gabinete e passo-lhe de imediato a palavra para fazer alguma introdução ou abordagem sobre o orçamento desse Gabinete.

Tem a palavra o Sr. Ministro Secretário-Geral do Governo.

O Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo (Afonso Varela): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro é relativamente diminuto. A particularidade é que no orçamento anterior referia-se apenas ao Gabinete do Primeiro-Ministro e neste orçamento é feita uma referência ao Gabinete do Ministro Secretário-Geral. Mesmo assim, há uma redução significativa no que corresponde ao orçamento global do Gabinete do Primeiro-Ministro, embora alguns itens tenham conhecido ligeiras alterações.

Face a isso e porque o orçamento de longa data é do conhecimento de toda a Assembleia e das diferentes comissões, preferímos ficar por aqui e aguardar que haja eventuais pedidos de esclarecimento, ou que algum aspecto seja suscitado de modo que possamos intervir para algum esclarecimento ou debate.

O Sr. Presidente: — Obrigado Sr. Ministro pela introdução feita.

Em seguida, os Srs. Deputados que tenham alguma pergunta podem fazer, no sentido de avançarmos com os nossos debates de hoje.

Os Srs. Deputados que queiram pronunciar-se, por favor, podem fazê-lo.

Pausa.

Quero informar aos Srs. Deputados que acabaram de chegar que terminamos a discussão do orçamento sectorial da Presidência da República e, tendo em conta que não houve questões de fundo, encerramos aquela sessão e iniciamos agora o debate na especialidade do orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro. Daí que aguardo perguntas ou pedidos de esclarecimentos.

Pausa.

Tendo em conta o atraso registado por parte de alguns Deputados, gostaria de lançar um apelo para que respeitemos escrupulosamente o programado em termos de horário de chegada, para podermos ter tempo suficiente, ao longo dos quatro dias, de discutir as questões.

Pausa.

Não havendo perguntas, posso considerar que está tudo ok com o orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro?

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Temos uma proposta de alteração global de uma das despesas que o Governo prevê realizar em 2012, que entendemos que no momento de crise se deve fazer maior contenção possível. Trata-se, portanto, da verba que o Governo decidiu alocar para as despesas com viagens. No orçamento actual o Governo programou cerca de 8,6 mil milhões de dobras. Prevê gastar até Dezembro cerca de 8,4 mil milhões. Pelo menos é o que está aqui escrito na TOFE.

Para 2012, o Governo prevê dobrar o valor, portanto, em vez de 8,6 mil milhões que está para este ano, para 16,022 mil milhões. Daí que, depois de uma profunda análise e face ao que já disse atrás, que são as dificuldades financeiras que o País está a enfrentar em 2011 e, mais grave do que isso, quando temos um Orçamento que mais de 90% provém de ajuda externa, não podemos nos dar ao luxo, até para o ponto de vista e análise dos doadores, de praticamente o nosso PIB ser direcionado para despesas supérfluas, digamos, viagens.

Daí que a nossa proposta seria manter o mesmo montante previsto para este ano e a diferença seria alocada para outras despesas que consideramos de maior prioridade.

Agradecia que discutíssemos esta proposta e, depois de ela ser aprovada ou não, então avançaríamos com a segunda, que seria como distribuir esta diferença.

O Sr. **Presidente**: — Após ter ouvido a intervenção do Sr. Deputado, acredito que o Governo quererá, certamente, dar alguma explicação acerca do assunto.

Antes disso, tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Venho aqui fazer referência ao artigo 211.^º do Regimento, página 109, «debate na especialidade». Portanto, espero que o Sr. Presidente tenha atenção a este articulado do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Vou passar a ler, rapidamente, o articulado.

«Debate na especialidade. O debate na especialidade das propostas de lei das GOP e do OGE não pode exceder 10 dias, sendo deste último organizado de modo a discutir-se, sucessivamente, o orçamento de cada ministério, nele intervindo os respectivos membros do Governo.

Para efeitos no número um, as reuniões da Comissão são públicas, sendo o debate integralmente registado e publicado.

Caso o Plenário use da faculdade prevista no artigo 163.^º, o debate na especialidade das mencionadas propostas de lei não podem exceder três dias».

Murmúrios.

É verdade que ao preparamos a agenda dos trabalhos, parece que estendemos para mais um dia. Dito isto, ponho à consideração do Sr. Deputado. Como é que faremos?

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte, para uma intervenção.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, a atenção que gostaríamos de chamar à Mesa é que na especialidade se discute ministério por ministério.

O Sr. **Presidente**: — Mas é isso mesmo que estamos a fazer.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Pura e simplesmente ministério por ministério, isto para contrariar um pouco a proposta do Sr. Deputado Delfim Neves. Estamos a discutir ministério por ministério e não na generalidade, para se alterar ou não o tecto.

O Sr. **Presidente**: — É verdade que o debate na especialidade são discussões sectoriais. Já tinha dito isso no início...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Está no Regimento?

O Sr. **Presidente**: — Sim, está na página 109.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, perdoe-me a minha ignorância, mas acho que se nos cingirmos estritamente ao que está aqui, haverá instituições que não vamos discutir. Não considero a Presidência da República um ministério; não considero a Assembleia Nacional um ministério, nem dá para considerar sequer! Não conheço nenhum ministro na Presidência da República nem na Assembleia Nacional. No entanto, Sr. Presidente, o que estou a propor é uma questão transversal. Todos os ministérios

têm despesas para missões no exterior e estou a fazer uma proposta que vai tocar em todos os ministérios. Só que estou a falar agora do valor global. Portanto, se quiserem que quando chegar em cada ministério a gente corte, também pode-se fazer isso, mas seria um trabalho desnecessário, perdoe-me o termo, porque não faz qualquer sentido.

O Sr. Presidente: — Entendo que o Sr. Deputado queira cingir-se às suas ideias, mas vamos respeitar o Regimento. Tendo em conta que estamos em sede da 2.ª Comissão, para discussão na especialidade, preferia que optássemos pela discussão sector por sector.

Murmúrios do Sr. Deputado Delfim Neves.

Não, o ministério é um sector do Estado. Portanto, vamos passar a pente fino cada sector, se for necessário.

Dito isto, vou dar a palavra ao Sr. Ministro, para avançar com alguns argumentos.

O Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo: — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a minha intervenção é para dizer que de facto faz mais sentido que se discuta sector por sector, porque se fizermos um corte eventual no montante global isso implicaria uma distribuição, diria, equitativa ou pro-rata da dimensão dos ministérios. Ora, não é isto. Um ministério pode ser pequeno e precisar de viajar muito mais que um ministério que seja enorme. Agora, porque estas viagens obedecem a uma estratégia de cada ministério, é verdade que quando se fala de viagens pensa-se logo nas viagens dos ministros. E a ideia que vem, mas a verdade é que é preciso relembrar aqui que há viagens de formação e elas consomem muitos recursos. As pessoas sabem disso. Há, naturalmente, viagens dos ministros, mas há também viagens dos seus colaboradores e muitas vezes essas são, de longe, superiores.

O que quero dizer, e é preciso ter atenção, é que as viagens não existem por si só. Elas são parte de uma estratégia, quer de relacionamento externo, quer também de formação que é feita particularmente no estrangeiro.

Gostaria de voltar ao sector que aqui represento, para dizer, por exemplo, que o Gabinete do Primeiro-Ministro passa de 1,3 mil milhões do ano passado para 2 mil milhões. É verdade que há uma subida, mas as pessoas que andaram na função pública e particularmente na função ministerial sabem que por maior que sejam as restrições que se faça, as viagens de um ministro ou mesmo de um primeiro-ministro acarretam custos. São muitas vezes esses custos que fazem com que haja essas dívidas que, por exemplo, a Presidência nos relatou agora. Como sabemos, se calhar essas dívidas ainda não foram todas descobertas, as facturas vão aparecendo e, portanto, o resultado é esse.

Então, particularmente no Gabinete do Primeiro-Ministro está-se a tentar capturar também essa necessidade nessas coisas de viagens. Também se sabe que há sempre um pedido de reforço posterior de verbas.

Essa é a minha opinião enquanto for permitido falar aqui e os outros a contestarão se quiserem.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional para uma intervenção.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, é para concordar plenamente com o meu colega, que a prática e a melhor estratégia é discutir o orçamento, sectorialmente e, em função da exposição que cada ministro fizer do seu plano de ação ministerial terá que justificar cada verba inscrita no seu orçamento. Que a proposta que seja feita de correção, ou de alteração ao ministro, em função de cada uma dessas verbas.

Tecnicamente, não é correcto fazer a redução de uma verba e depois fazer a redistribuição, porque a afectação de verbas é em função de um plano. Ao fazermos o corte indiscriminado podíamos estar a afectar alguma ação do sector.

Portanto, era preciso termos um pouco atenção a isso e pedir que cada ministro defendesse sim as verbas inscritas no seu orçamento e depois, em função da sua defesa, é que se propusesse qualquer tipo de alteração, ou acréscimo a determinada verba.

O Sr. Presidente: — Acabamos de ouvir o esclarecimento dado pelo Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

De seguida, vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saudar os Srs. Membros do Governo e os Srs. Deputados presentes.

Acho que devíamos seguir, digamos, o que o Regimento orienta, mas temos que partir de um pressuposto que é importante. A proposta avançada pelo Sr. Deputado Delfim Neves é para partirmos com

um rácio proporcional em relação àquilo que cada um dos ministérios tem. Digamos que é um elemento facilitador para as observações que vamos fazer, futuramente.

Não percebo, como é que no mundo de hoje com tanta facilidade que há de comunicação sem ser feito por viagens, se tenha que dobrar as viagens, com tanta necessidade de contenção de despesas que temos.

Vou abrir parênteses. No domingo passado de manhã eu estava a ouvir uma reportagem sobre o centro hospitalar de São Tomé, dizendo que não há luvas na maternidade, causa de muita mortalidade infantil. Todos ouvimos isso, não só aqui como em todo o espaço lusófono, talvez à excepção do Brasil. Alguma coisa tem que nos mover para ir tirar de um lado qualquer, porque o Estado não pode ir buscar mais. Compreendemos que não há condições de ir buscar muito mais, então temos que fazer realocações.

Penso que a redistribuição que está a ser feita aqui, esse princípio de tirar despesas de viagens, creio que o Sr. Deputado Delfim fez referência ao Gabinete do Primeiro-Ministro, porque é aqui onde começamos. Introduziu esse princípio para entendermos e para ajudar também o nosso raciocínio que, em relação aos outros ministérios, devemos ter a mesma atitude.

Agora, entendo pessoalmente que o Ministério dos Negócios Estrangeiros tem que ter uma necessidade premente muito maior de viagens do que a Secretaria do Estado da Juventude. Temos que fazer esse raciocínio também quando tivermos que fazer essa redistribuição. Fá-la-emos em função das necessidades de funcionamento real que cada um desses sectores tem.

Sr. Presidente, também já estava nestas lides, mas não me lembro de ter feito dívidas para viagens. Acho que quando o Sr. Ministro falou aqui das facturas que podem ir aparecendo, para além daquelas que estavam previstas, quer dizer, isto é muito complicado para um cenário que temos e é muito complicado também para uma gestão correcta.

O Sr. Presidente: — Apenas para acrescentar algo. Gostaria de pedir e dizer a todos que estamos cá para colaborar para a melhoria deste orçamento e espero bem que todos tenhamos esse espírito.

Também agradecia que não desvirtuássemos a natureza do orçamento, porque acredito que o Governo ao fazê-lo, certamente, teve em consideração tudo que tem a ver com aspectos macroeconómicos do País e tendo em conta os relacionamentos que temos com os nossos parceiros internacionais. Daí que acredito que o Governo talvez terá nova explicação a dar neste sentido.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para prestar esclarecimentos.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Sr. Presidente, estou a falar com conhecimento de causa.

A título de exemplo, quando a verba é insuficiente para custear a deslocação em determinados sectores, isto não é neste orçamento, mas no de 2011 ou nos anteriores, os ministérios muitas vezes se socorriam de engajamento junto das agências de viagens, — temos provas disso — para adquirir bilhetes a título de empréstimo, utilizando a verba disponível para pagamento de subsídios.

Há outras situações em que representantes de Estado recorreram a dívidas, ou a avanços para suprirem as despesas com missões diplomáticas, que não conseguiam levar o País e estando em missão no exterior enfrentaram a necessidade de pagamentos.

Temos esses exemplos presentes e, de forma a evitarmos isso, acho que era bom que cada ministro defendesse o seu orçamento e fizesse um programa de deslocação ou de formação, para permitir que os Srs. Deputados dessem a sua posição, ou sugerissem a eliminação desta ou daquela acção, portanto, em função da verba que está inscrita.

Acho que isso é que é a melhor prática, a recomendável, porque se formos cortar só porque estamos a cortar, podemos correr o risco de estar a pôr em causa a execução de um programa de acção sectorial.

Portanto, não estou a dizer que não se pode cortar, que não se pode propor alterações, mas é preciso que se discuta aquilo que há com o responsável da área, a pessoa que está a executar a acção ou o seu programa sectorial. Depois disso é que se pode sugerir a eliminação dessa ou daquela acção, se não afectará a execução total do seu programa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos, para uma intervenção.

O Sr. Sebastião Santos (PCD): — Sr. Presidente, acho que todos estamos a caminhar para o mesmo sentido.

O que disse o Sr. Ministro pode ser grave, até gravíssimo! Se existe um orçamento, os ministérios e os sectores podem, eventualmente, fazer démarches para agilizar determinados procedimentos. Agora, se não estiver orçamentado, nenhum sector está autorizado, aliás, é proibido por lei, a fazer qualquer engajamento que não esteja orçamentado. Logo, não deve haver, posteriormente, qualquer factura que não esteja no orçamento, porque essa factura é para ser paga com o orçamento do ano corrente.

O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD): — E isto tem que estar orçamentado.

O Sr. Sebastião Santos (PCD): — A própria lei orçamental proíbe que seja feito o inverso.

O que foi dito aqui é uma questão muito mais concreta. Se entendi a proposta, é que a dotação orçamental para qualquer sector e qualquer ministério é a do orçamento vigente. O remanescente vai ser, ao nível de todos os sectores, sem excepção, aplicado em outras coisas.

Quer dizer que ao ver cada ministério temos que saber qual é a dotação para as viagens desse ministério. Tem que ser a dotação que consta do orçamento vigente, ou seja, o orçamento de 2011. É apenas isso! Discutamos como queiramos, por sectores ou por ministérios vai dar no mesmo, então vai haver remanescente. Esse remanescente vai ser aplicado naquilo que a Assembleia entende que seja melhor. A questão é apenas esta.

Por isso é que acho que, havendo qualquer questão, submete-se a proposta à votação, como princípio, se se aceita ou não.

É isso que tem que ser feito.

O Sr. Presidente: — Acho que ainda há alguns Deputados que querem intervir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. Gil Costa (PCD): — Sr. Presidente, já agora aproveito para chamar atenção à Mesa, para estar um pouco mais atenta, porque me inscrevi há muito tempo e fui ficando para trás. Espero que isto seja ultrapassado.

Sr. Presidente, peço a palavra, com todo o respeito que tenho pelo Sr. Ministro Secretário-Geral do Governo, meu amigo, respeitando também o seu ponto de vista na defesa do seu orçamento, mas quero aqui discordar com a justificação que o Sr. Ministro apresentou com relação às viagens, porque não acredito que só em 2012 é que os colaboradores, os técnicos e os funcionários do Gabinete do Primeiro-Ministro vão começar a viajar. Sempre viajaram! Em todos os orçamentos se prevêem formação e capacitação técnica dos colaboradores de qualquer gabinete.

Numa altura em que todos sabemos que quase todos os países da Europa estão a tomar medidas de contenção e de austeridade, cortando as despesas públicas, nós que vivemos de braços estendidos, que vivemos de doações é que estamos a duplicar? Coerentemente, acho que esse fundamento não justifica na conjuntura actual. Acho que temos outras prioridades. O Ministério da Saúde tem muitos sectores que precisam.

Falou-se há bocado da falta de luvas e de medicamentos no hospital, não são prioridades em relação às viagens?

É este o meu ponto de vista.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, repito, vamos cingir-nos a discutir sectorialmente.

O Sr. Deputado levantou a questão da saúde, é bom, mas gostaria que quando fossemos falar da saúde que interviésssemos neste aspecto.

Sectorialmente, estamos a falar do Gabinete do Primeiro-Ministro, portanto, vamos cingir-nos primeiro ao que vem alisado nas acções que pretendem levar a cabo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Seguindo as orientações da Mesa, discutindo ministério por ministério, então vou fazer a proposta de forma inversa.

Ao invés de ser de forma transversal, que acho que seria muito mais fácil, então vamos por ministérios. Estamos a discutir o orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro, portanto, a proposta seria: nas despesas com missões no exterior, ao invés dos 2 mil milhões que estão previstos para 2012, manter o valor que está no orçamento actual, neste caso Dbs. 1 288 993 962,98 (mil milhão, duzentos e oitenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil, novecentos e sessenta e duas dobras e noventa e oito céntimos).

O Sr. Presidente: — Em seguida, passo a palavra ao Sr. Ministro das Finanças, para esclarecimentos.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Sr. Presidente, era só para acrescentar algo em relação à inconveniência de fazer-se corte de uma forma global, mas já que o Sr. Deputado decidiu fazê-lo sectorialmente, acho que cabe agora a cada sector defender o seu orçamento.

Também quero acrescentar que da dívida que foi aqui dita da Presidência da República, dívida dos anos anteriores, há uma percentagem grande de dívidas às agências de viagens. Portanto, são bilhetes de passagens adquiridos sem...

Uma voz: — Dotação orçamental...

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — ... sim, e que constituem, neste momento, as dívidas a pagar da Presidência da República. Portanto, é só mais um exemplo. Como estou e sempre estive dentro disso, conheço mais ou menos. Por isso é preciso ter-se um bocadinho de atenção quando se propõe cortes, porque a política é sectorial.

O Sr. **Presidente**: — Apenas também para recordar que na verdade esteve cá o Chefe da Casa Civil e informou-nos sobre isso, que há um acumulado de dívidas enorme na Presidência ao longo dos 10 anos. O Governo tomou isso em consideração, no sentido de encontrar uma moratória para o seu pagamento...

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

É apenas para recordar que a Presidência da República é que apresentou este facto. Dito isto, vou passar a palavra ao Sr. Deputado António Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Infelizmente o Sr. Ministro não está, mas queria tentar esclarecer o porquê de se pôr a questão de uma forma geral.

Nós acreditamos – digo nós, porque o Governo também acredita – que há um instituto de inovação que tem banda larga e há necessidade de teleconferências. Por isso, quando se utiliza verbas para teleconferências, para melhorar o sistema informático e essas coisas, pode diminuir...

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Pode não, tem que...

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — ... portanto, os custos com viagens. É por isso que se aconselha de uma forma geral. Essa inovação vai influenciar todos os sectores e pode diminuir em 10 ou 20% as viagens de uma forma geral, porque contamos com a evolução, não estamos a recuar.

Não falo para um lado nem para outro. Falo porque todos aqui são minhas famílias e conhecidos. Falo assim para tentar arranjar um consenso. Agora, ver o nível, se é cinco ou 10%, vamos para cada sector.

Era só isso que queria aconselhar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte, para uma intervenção.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Colegas Deputados: Gostaria que os Srs. Deputados pudessem ver o artigo 211.^º do Regimento, para que não voltássemos a repetir as coisas. O que está lá é para todos cumprirmos.

Já foi dito que o orçamento é feito ministério por ministério e, portanto, vamos cingir-nos a esta questão. Então, não gostaria que os Deputados repetissem a mesma coisa.

Sobre a proposta feita pelo Sr. Deputado Delfim Neves, que pediu a diminuição do valor e manter o valor proposto para 2011, gostaria só de lembrar a todos os Deputados cá que temos conhecimento de que os funcionários da comunicação social têm reclamado bastante que têm sido esquecidos no que concerne à formação e este Governo colocou um valor razoável, para que, quer a Televisão quer a Rádio e a STP-Press tenham verbas suficientes para formações adequadas às funções de cada um. Indo pela vertente da proposta do Sr. Deputado, penso que eles não terão a formação proposta a cada um, porque o valor – estou a falar de acordo com o que está cá no orçamento – proposto para a comunicação social é de 1 bilhão. Se vamos ao orçamento do ano passado, então fica muito aquém.

Vejo que essa proposta não é a mais adequada.

Risos do PCD.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, um ponto de ordem.

O Sr. **Presidente**: — Há um ponto de ordem do Sr. Deputado Delfim Neves. Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É só para esclarecer ao Sr. Deputado que apenas me referi a uma e única rubrica do Gabinete do Primeiro-Ministro, que é o sector que estamos a discutir agora. Portanto, missões para o exterior. Não falei de formação dos quadros, dos técnicos da comunicação social, que têm uma outra rubrica que está programada para 2012.

O Sr. **Presidente**: — Apenas um comentário, Srs. Deputados. Acredito que o Governo, ao elaborar o seu orçamento, certamente o enquadrou em algumas prioridades, dentro dos objectivos que tem para o ano 2012...

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

Não, apenas estou a opinar. É uma opinião muito pessoal. Acredito que o Governo ao fazer isso é porque já anteviu situações desta natureza e alocou verbas para atender a necessidades específicas. Acredito que sim.

Estamos aqui a discutir de forma plausível para encontrarmos uma solução. Acredito que o Governo, ao fazê-lo, já deve ter uma projecção e irá explicar isto tudo. Quem executa o orçamento é o Governo e a nós cabe fiscalizar. Portanto, se o Governo propôs é certamente porque há ideias por detrás. Há opções e prioridades definidas.

É só uma reflexão que estou a fazer, para contribuirmos para a melhoria e não para perturbar ainda mais o próprio Orçamento do Estado.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, um ponto de ordem.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Sebastião pediu um ponto de ordem.
Se faz favor, tem a palavra.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Sr. Presidente, com alguma modéstia, gostaria de melhorar a sua intervenção. Cabe à Assembleia fiscalizar *a posteriori*. O Governo executa o OGE, mas quem aprova o mesmo é a Assembleia Nacional, e isso é prévio à execução e à fiscalização.

Obviamente que também os Deputados não são ingénuos, ou fazem as coisas de forma leviana. Nós os Deputados conhecemos isso, tanto mais que estamos a nos cingir ao orçamento que o próprio Governo apresentou no ano passado para execução neste ano e lá constavam verbas para deslocação.

Do ponto de vista cambial, há uma paridade com relação ao euro e a coisa praticamente não se altera. Não se prevê e não se verificou subidas galopantes ao nível dos combustíveis. Portanto, os bilhetes também não oscilaram tanto assim. Estamos na contenção e esta Casa Parlamentar tem responsabilidades e elas é que estão a levar a Assembleia a dizer que para o Orçamento de 2012 vamos manter as despesas do ano passado.

Sr. Presidente, acho que a forma de resolver isso é, regimentalmente, submeter a proposta à votação e aí a Assembleia dirá se quer ou não. É esse o papel que acho que devemos fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização** (Arlindo Ramos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Só gostaria de chamar atenção para um facto. É que na análise global do orçamento que estamos a fazer hoje, especificamente, a análise é feita sectorialmente. Fazemos a análise do Gabinete do Primeiro-Ministro, daquilo que está a referir em relação a despesas com viagens e é preciso avaliarmos bem no aspecto global, daquilo que foi o orçamento daquele Gabinete para 2011 e daquilo que será para 2012.

É que para 2011 havia uma programação para o Gabinete do Primeiro-Ministro de Dbs. 1 492 000 000, 00 (mil milhão e quatrocentos e noventa e dois milhões de dobras). Portanto, isto é o que temos aqui, incluindo, neste caso, o Ministro Secretário-Geral do Governo. Isto é que estava orçamentado para 2011.

Para 2012, o Governo prevê 2 mil milhões para todos os sectores que fazem parte daquele Gabinete: o Gabinete do Primeiro-Ministro, o do Ministro Secretário-Geral e outras instituições afins do Gabinete do Primeiro-Ministro. É preciso que façamos esta análise assim nestes termos, porque sem termos a avaliação global de gastos em viagens, vamos analisar o mapa primeiramente como o Sr. Deputado Delfim Neves fez, avaliação anterior, que estamos a duplicar as despesas com viagens. Portanto, a nossa tendência não é duplicar. Se analisar o mapa desde 2009 até 2011, vai ver quais são os anos em que mais se gastou em viagens...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não, não estamos a falar do passado...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização**: — Ah, não estamos a falar do passado. Vamos avaliar isso bem.

O Sr. **Presidente**: — Meus senhores, peço alguma contenção, porque estamos aqui a discutir normalmente. Com calma chegaremos ao bom porto. O que importa é que, calma e conscientemente, façamos os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe, para uma intervenção.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Quase que o Sr. Ministro da Descentralização avançou e muito o que ia dizer, mas é verdade que estamos a propor alteração, estamos na especialidade e aconselho a que não façamos alterações sem antes termos os representantes dos sectores para de facto justificarem as verbas que foram alocadas. Porquê? Porque temos que fazer alguma alteração que seja responsável. Se propormos alterações sem antes constatarmos que estas justificações sustentam as verbas que são alocadas, em função daquilo que o Governo propõe com alguma sustentabilidade, aí temos que ter alguma cautela em propor alterações. É por isso que acho a sugestão do Ministro das Finanças muito importante. Cada ministro deverá fazer a defesa do seu orçamento

e, em função dela, poderemos propor alterações e argumentar, porque «alterar» significa dizer «propor com responsabilidade».

Podemos avançar, porque estamos a divagar muito e isto poderá fazer-nos perder muito tempo. Estamos a discutir políticas sectoriais e podemos avançar com a proposta, conforme está regimentado. Vamos por sectores, vamos propor alterações para as deslocações, mas devemos ouvir, na minha perspectiva, todos os responsáveis ligados aos ministérios que estão a ser discutidos.

O Sr. Presidente: — Queria pedir aos Srs. Deputados e aos Srs. Ministros apenas uma pequena indulgência. Tenho a necessidade de ausentar-me e, portanto, dentro de 1 ou 2 minutos regressarei. Não estando o outro Vice-presidente para substituir-me, proponho apenas uma pequena interrupção.

Eram 10 horas e 45 minutos.

Srs. Ministros, Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 10 horas e 50 minutos.

Dou a palavra, de seguida, ao Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. Gil Costa (PCD): — Sr. Presidente, primeiramente gostaria de apelar que faça apenas o seu trabalho como Presidente da Mesa e Deputado à Assembleia Nacional. O Sr. Presidente tem feito comentários que me parecem na defesa do Governo e esse papel não é seu. Temos cá Membros do Governo para defender o Governo. Portanto, o Sr. Presidente está cá apenas para moderar o encontro e não na qualidade de Membro do Governo.

Portanto, é um apelo, no sentido do Sr. Presidente melhorar essa sua postura.

A intervenção essencial que faço aqui é para lamentar a forma como o colega Deputado Octávio Boa Morte tentou atribuir ao líder do Grupo Parlamentar do PCD, de que ele está a cortar a verba para formação dos membros da comunicação social, o que é completamente mentira. A forma como ele colocou a questão, dizendo que a verba inclui a formação dos membros da comunicação social e que, se calhar, se estaria a cortar e impedindo a formação desses agentes da comunicação social. Quando aqui no orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro temos outra rubrica de mil milhões de dobras destinada à formação dos quadros da comunicação social. Está aqui bem explícito e todo o mundo pode comprovar.

Portanto, esta não é a melhor forma de estarmos aqui a discutir algo que achamos que é útil para todos nós.

Era apenas esse o reparo que gostaria de fazer.

O Sr. Presidente: — Francamente, digo que não vou tecer comentários acerca do seu reparo, porque o que tentei fazer e fiz é apenas, como disse no início, emitir uma opinião muito pessoal. Portanto, se o Sr. Deputado achou que não tive isenção suficiente ao fazê-lo, não tenho opiniões a emitir. Registo e tentarei fazer o melhor possível.

O Sr. Gil Costa (PCD): — O Sr. Presidente está a fazer a defesa da verba do Governo.

O Sr. Presidente: — Não falei de verbas.

Vamos continuar os nossos debates. Não sei se os Srs. Ministros querem pronunciar-se a respeito.

Tem a palavra o Sr. Ministro Secretário-Geral do Governo, para uma intervenção.

O Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo: — Sr. Presidente, gostaria de dizer que naturalmente não partilho esta forma de apreciar esta questão.

Tinha dito na minha intervenção anterior que de facto fico com a impressão, pelas diversas intervenções que aqui tiveram lugar, que se está a pensar nas viagens de ministros e do Primeiro-Ministro. Toda a gente me irá dizer que isso é óbvio, que não é só ministros e Primeiro-Ministro, mas o discurso faz transparecer isto.

A segunda questão que é preciso ter-se em conta é que, se repararem, o Gabinete do Secretário-Geral não aparecia neste orçamento.

Em terceiro lugar, estamos a falar de um acréscimo de aproximadamente 500 milhões de dobras, portanto, cerca de 20 000 euros.

Em quarto lugar, não é correcto dizer-se que não há luvas no hospital e que os 20 000 dólares ou euros permitiriam comprar luvas. Cortes orçamentais, na minha perspectiva, não podem ser feitos assim.

Na sessão plenária, ouvimos o Sr. Deputado Rafael Branco dizer que, por exemplo, na saúde, gastamos muito mais que Cabo Verde. Entretanto, Cabo Verde tinha uma performance muito melhor que nós. Se calhar, na nossa saúde, a falta de luvas não decorre da falta de 20 000 euros, que é o acréscimo que se pede para este ano, à luz da estratégia que se tem de mobilização de recursos e do relacionamento, na

perspectiva até do orçamento de 2013. Não é isso que vai fazer com que se tenha luvas. Se calhar precisamos até de cortar - se seguirmos a intervenção do Dr. Rafael Branco - verbas na Saúde e utilizá-las de forma mais eficaz.

Portanto, não é por aí e cortes não podem ser feitos desta forma. Devem ser feitos à luz do programa e de uma estratégia que se tem e não apenas olhar para as viagens. Viagem é um elemento fundamental, repito, da nossa própria economia, quando toda a gente reconhece o que vem de fora.

Quando se diz que há internet e outras coisas, é verdade, mas sabemos que na Europa, por causa da crise, se está a propor que os presidentes e os chefes do governo se encontrem todos os meses, e isso também tem despesas para eles, quando têm banda larga, vídeo-conferência e tudo. Portanto, nada substitui.

Mais um outro aspecto, já agora que a questão foi levantada. Não sei se o Sr. Deputado conhece a execução da fibra óptica, mas se calhar só poderá ter vídeo-conferência aqui em São Tomé e Príncipe no fim do ano. Estou a falar em termos públicos, porque em termos de testes até já se fez por via satélite. Porque o cabo conheceu atrasos, por esta via também não se alteraria grande coisa.

A minha insistência está na exiguidade do aumento que se pretende para o Gabinete do Primeiro-Ministro, que no ano passado até não considerava o Secretário-Geral como uma entidade e como uma instituição autónoma. Este é um aspecto.

O segundo aspecto é a exiguidade da verba.

O terceiro aspecto é que se tem que em conta o que se tem e o que se pretende fazer e não um corte pelo facto de se pretender reduzir as viagens, porque elas têm essa carga psicológica, portanto, no passado, representaram de facto um ónus.

A informação que temos é que contrariamente àquilo que todos os Srs. Deputados aqui disseram, temos um País real em que vivemos, onde grande parte das dívidas da praça, como disse aqui o Sr. Ministro das Finanças, neste caso concreto da Presidência, são viagens. Agora, como é que isso foi feito? É o País real que temos.

O Sr. Ministro também referiu-se aqui a casos de dirigentes, as nossas representações diplomáticas, que, mesmo no estrangeiro, pediram avanços que não estavam previstos no orçamento. Portanto, este é o País real que temos!

É verdade que se tem que voltar para o passado para compreender isso, mas não é para invocar o passado pelo mero facto de o invocar. É para ver como é que esse passado nos pode ensinar hoje e o que nos ensina hoje é que nas nossas contas, tendo em conta a nossa estratégia de mobilização de recursos, de relacionamento, de expansão da nossa influência, é preciso fazer esse acréscimo que é, na nossa perspectiva, relativamente exígua. Estamos a falar, pelas contas que me dão, de 20 000 euros. Por isso, na nossa opinião, pensamos que, no que respeita ao Gabinete do Primeiro-Ministro, essa verba deve manter-se, tendo em conta até que no orçamento global, se compararmos o orçamento deste ano e o do ano passado, e falo sob o controlo do Sr. Ministro das Finanças, sofreu até, no seu cômputo geral, uma ligeira redução.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, se calhar vai ser a última intervenção minha em relação a este sector.

Apenas gostaria de dizer que quando aqui referi que o passado não conta, é porque só falamos do passado quando queremos chamar a razão para nós. Se quisermos falar do passado como um todo, então vamos falar.

Reconheço que as despesas com viagens para o exterior de um determinado ministério não são apenas para o ministro. Quero dizer aqui que o Sr. Ministro das Finanças, enquanto Director do Orçamento – não sei se ainda mantém esse elogio – dizia, quando eu fui ministro, que eu era o único ministro que não lhe aborrecia, digamos assim, com questões de viagens. Em 22 meses, fiz uma viagem oficial. Para onde? Para Luanda, para a comissão mista, mas não foi por isso que deixei de fazer algo.

Não gosto de falar do passado, exactamente porque não nos traz nada. Se bem que reduziram o meu desempenho, digamos assim, em doca e passeios, mas quando quiserem um debate mais alargado trarei os projectos executados durante esses 22 meses, de tudo quanto fiz e não foi necessário fazer tantas viagens. Elas foram feitas, pode ser que consumiram todo o fundo que estava alocado para as viagens com os técnicos.

Portanto, não se está aqui a ver que as viagens são apenas para o ministro.

Quero dizer ao Sr. Ministro Secretário-Geral do Governo que é contraditório o que disse. Se em 2011 não se teve em consideração o seu gabinete, pelo que sabemos o Sr. viajou. Alguns membros do seu gabinete, se calhar, também teriam viajado, ou têm viajado.

Portanto, o que estamos aqui também a dizer que não é apenas 20 000 euros. 20 000 euros são para o Gabinete do Primeiro-Ministro. Quando falei do global, disseram para discutirmos sectorialmente. Se fosse global, ia saber que não são 20 000 euros. Estaríamos a falar de cerca de 300 000 euros. Portanto, não

podemos resumir em 20 000 euros, porque esse montante é do Gabinete do Primeiro-Ministro. Se formos de parte em parte, vamos chegar a 300 000 euros.

É isso que gostaria de frisar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro Secretário-Geral do Governo, para um esclarecimento.

O Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo: — Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Delfim Neves que concordo perfeitamente com tudo que disse. Devo dizer-lhe que estamos do mesmo lado, porque ainda não tenho os 22 meses, mas nunca requisitei um bilhete de passagem à Direcção do Orçamento. Diria que são «contas de outro rosário», mas a verdade é que nunca requisitei.

Não sei, fiquei só com alguma dúvida, mas fiz este reparo porque queria falar dessa questão da realidade do País, que há essas dívidas e tudo mais. Foi só por causa disso que disse. Também partilho a opinião de que não se precisa de estar a voltar ao passado todo o tempo, mas a verdade é que às vezes, como foi o meu caso, precisei de dizer que há uma realidade no País, que acontece que as dívidas surgem. É ilegal, estou de acordo, é inconstitucional, mas a realidade que se nos impõe é que temos agora, por exemplo, na Presidência, 13 mil milhões que têm que ser pagos.

Portanto, é esta a situação e estamos a discutir o orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro.

O Sr. Presidente: — Gostaria de saber se há algum Sr. Deputado que queria fazer mais alguma intervenção, para prosseguirmos os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, era só para esclarecer...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, desculpe, mas ele pediu a palavra antes.

O Sr. Gil Costa (PCD): — Dou prioridade ao Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Dá prioridade? Ok, se dá prioridade, se faz favor, tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas.

É porque há pouco tempo o Sr. Deputado Gil Costa fez um reparo de que eu tenho que prestar mais atenção, no sentido de poder dar a palavra a quem realmente a pede. Quando o Sr. Deputado José Viegas pediu a palavra, o Deputado Gil já tinha pedido. Fiz apenas aquilo que me cabe fazer.

O Sr. José Viegas (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de fazer apenas três notas.

A primeira é que quando fiz referência à falta de luva no hospital, foi apenas um exemplo aleatório e acho que esse exemplo não pode servir para deduções especulativas desnecessárias.

Segunda nota, tenho alguns exemplos da Europa que não gostaria que seguíssemos, mas já que isso foi trazido à colação, conheço casos da Europa que, ao invés do Primeiro-Ministro viajar num avião privado, viaja na classe económica. Portanto, também é um exemplo. Agora, penso que devemos virar para nós e ver efectivamente o que queremos internamente.

Deixa-me deixar a terceira e última nota. Sr. Presidente, aqui todos temos a mesma responsabilidade em relação ao cumprimento da lei. Há preocupação aqui para com o Regimento, mas não nos esqueçamos das leis. A Lei do SAFE é clara. Sobre aquelas dívidas que as outras pessoas fizeram sem que estivessem orçamentadas, se o Estado pagar, quem pagar assumirá as responsabilidades. Está na lei e não gostaria de envolver-me nesse tipo de expediente ilegal, desnecessário e irresponsável.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. Gil Costa (PCD): — Sr. Presidente, era para trazer à reflexão de todos e, se calhar, também pedir algum esclarecimento do Governo.

Vejo aqui na distribuição de verbas para o Gabinete do Primeiro-Ministro «reabilitação do Gabinete do Primeiro-Ministro», 1,2 mil milhões. Esta mesma verba aparece no outro orçamento. Parece que todos os anos o Gabinete do Primeiro-Ministro está em obras. Será que isso é prioridade e se justifica? Será que vão realmente fazer obras? Que tipo de obras? Isso é prioridade? Esta verba aparece em quase todos os orçamentos, e falamos de contenção.

O Sr. Presidente: — Há mais intervenções?

O Sr. Ministro quer proferir algum argumento adicional?

Negou, acenando com a cabeça.

Não há mais argumentos, não há mais intervenções?

Fazendo um somatório, digamos que ao longo deste debate, até agora, houve perguntas dos Srs. Deputados, o Governo disponibilizou-se em responder, mas não sei se os Srs. Deputados foram cabalmente satisfeitos e se devemos avançar com os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, é que a minha última questão não foi esclarecida. Era sobre as obras do Gabinete do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro Secretário-Geral do Governo tem alguma resposta a esta preocupação?

O Sr. **Ministro, Secretário-Geral do Governo**: — O que se passa com o Gabinete do Primeiro-Ministro creio que em partes o próprio Sr. Deputado Gil respondeu, porque disse que em todos os orçamentos essa verba aparece inscrita.

Acontece que estamos em presença de um edifício velho, que tem todos os dias problemas de electricidade, de infiltração nas paredes, com as portas, com o sistema de ar acondicionado e tudo mais. Eu próprio fui obrigado a abandonar o gabinete que tinha e mudar-me para um outro e não imaginam o estado em que as pessoas lá estavam. Portanto, todos os anos precisa-se de intervir naquele edifício, a menos que se faça uma intervenção global ou que se dê algum ano de vida. Por causa disso é que os sucessivos governos sempre acautelaram alguma verba para a sua reabilitação.

Uma operação que também creio ser feita por todos os Primeiros-Ministros é porque as verbas que muitas vezes existem até para a própria manutenção são quase sempre insuficientes. O que ajuda também em certa medida a danificar o edifício, requerendo essas intervenções sistemáticas ao longo do ano.

É esta a situação com o edifício e o espaço ocupado pelo Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente**: — O Ministro Secretário-Geral do Governo acabou de prestar esclarecimentos às questões levantadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Ouvi atentamente a explicação do Sr. Ministro Secretário-Geral do Governo, mas sinceramente não entendo como é que se pode programar tanto dinheiro anualmente para a reabilitação de um edifício. Nenhum edifício neste mundo se reabilita todos os anos. Se está tão degradado assim, o Governo que faça um estudo, que apresente um orçamento global para a reabilitação cabal do edifício, de forma a acabar com esse problema. Não se pode estar a aceitar que todos os anos haja verba para reabilitações e, no fundo, vamos estar eternamente a reabilitar o edifício e a gastar dinheiro de forma supérflua. Tem que ser orçamentado.

É o meu ponto de vista.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro quer intervir?

O Sr. **Ministro, Secretário-Geral do Governo**: — De facto, se pegarmos em todos os itens desse orçamento, podemos propor uma redução em todos eles. Também é uma forma de fazer e se formos assim não vamos muito longe.

Volto uma vez mais para o País real. Qual é o problema? Está aí uma verba de um 1,2 mil milhões. Eu sei que se teve que fazer uma intervenção quando veio o Primeiro-Ministro do Gabão. Quando eu perguntei ao técnico — e ele tem aqui os dados — quanto é que se gastou efectivamente, ele me disse que desse dinheiro do ano passado, apenas 187 milhões. Porquê? Porque quando se manda para a Direcção do Orçamento as requisições do fundo, essa Direcção também não tem. O que se inscreve aqui, é verdade que há leis e tudo mais, mas é nossa intenção. Este ano, desta verba de 1,2 mil milhões de dobras, só se utilizou 187 milhões, porque só esse montante foi possível ser disponibilizado.

Portanto, se os senhores acham que se deve pôr 187 milhões, então assim não estariámos a fazer um orçamento que, apesar de tudo, tem um carácter sério. Esse é outro problema, porque como não se consegue fazer a reabilitação que permitiria uma duração e uma sustentação do próprio edifício, vai-se arranjando e dando jeito. Tem-se problemas em todas as casas de banho, com a electricidade, com a infiltração de água, etc. Dá-se um jeito com 187 milhões e no ano seguinte prevê-se novamente 1,2 mil milhões.

Poderíamos até estender esta nossa intervenção, dizendo que tivemos uma série de situações. Não sei qual era a fonte para esse fundo, mas a verdade é que todos sabemos que há recursos que estavam previstos e que não entraram e que provavelmente exerceram uma pressão maior sobre os recursos endógenos do próprio País. Portanto, essa é que é a realidade, esta é a razão pela qual essas verbas certamente, em relação aos outros ministros e primeiros-ministros, tiveram que ser inscritas, porque de facto não foram executadas. Esse deve ser o problema dessa verba.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para um esclarecimento.

O Sr. Gil Costa (PCD): — Sr. Ministro Secretário-geral, quando pedi a palavra, em momento algum tinha colocado a possibilidade de cortar a verba. Só queria saber realmente se tem havido essas obras de reabilitação, porque essa verba aparece no orçamento anterior.

Portanto, a minha explanação com relação a isso era só para pedir esclarecimentos. Em momento algum coloquei a possibilidade de se cortar a verba.

O Sr. Presidente: — Apenas quero informar aos presentes que programámos para essas duas entidades 2 horas de debates e estamos a chegar ao fim.

Quero pedir para avançarmos um pouco mais, porque temos de seguida de auscultar o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, que está marcado para as 10 horas e 30 minutos. Estamos a caminhar para às 10 horas e 31 minutos e, como dizia no início, era bom que respeitássemos escrupulosamente o tempo. Isso tem a ver também com as nossas discussões nos próximos dias.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete, para uma intervenção.

O Sr. Hélder Paquete (ADI): — Sr. Presidente e Srs. Ministros, venho cá invocar uma questão.

Mais uma vez, não exercemos o nosso papel de Deputados, porque se a Assembleia fiscaliza o Governo, acho que deveríamos ser um pouco mais sérios naquilo que somos. Regimentalmente, acho que a Assembleia pode chamar os Ministros e o Chefe do Governo, para pedir algum esclarecimento em relação à execução do OGE. Por isso é que não comprehendo. Estamos a levantar essas questões, então somos nós que fiscalizamos o Governo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, está entendida a sua mensagem.

Meus Senhores, devemos avançar. Acho que o Governo prestou algum esclarecimento e não sei se os Srs. Deputados terão alguma opinião em contrário e quererão exprimir-se, para considerar o debate terminado, talvez.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, acho que os debates devem encerrar-se, mas com uma decisão. Fiquei sem saber em que ficamos. Se se mantém a verba ou se a proposta que foi feita vai ser submetida à decisão dos membros da 2.ª Comissão.

Quero reforçar mais uma vez aquilo que dizia o Sr. Deputado Gil, que aquilo que se está a propor é a redução da verba para missões no exterior. Não tem nada a ver, repito, com a verba que está programada, no valor de mil milhões de dobras, para formação dos quadros da comunicação social. Este valor está e não me referi a ele em momento algum.

O Sr. Presidente: — Portanto, das intervenções havidas até agora, o Governo tentou explicar e explicou os motivos que o levou, digamos assim, a colocar na rubrica orçamental esse valor. Os Srs. Deputados também argumentaram o porquê, digamos, do pedido de explicação. A meu ver, foram dadas as explicações e agora temos de avançar. Quero respeitar o horário e...

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Temos que votar a proposta!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado pode repetir a sua proposta para podermos analisar mais profundamente, se calhar.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Com todo o prazer, Sr. Presidente.

A proposta que foi feita é que se mantenha, em 2012, a verba que está no OGE deste ano, em relação a despesas com missões ao exterior do Gabinete do Primeiro-Ministro, no valor de Dbs. 1 288 993 962,98 (um mil milhão, duzentos e oitenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil, novecentas e sessenta e duas dobras e noventa e oito céntimos), ao invés dos 2 mil milhões que estão programados.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado acabou de dar a sua sugestão. Não é que tenha receio de fazer algum comentário, mas receio que os Srs. Deputados levantem os mesmos argumentos. Ao longo dos debates, aquilo que me apercebi é que o Governo alegou que, em comparação com o orçamento anterior...

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do PCD.

Estou a explicar precisamente o que estamos a fazer aqui.

Vozes do PCD: — O Sr. Presidente está a defender o Governo?

O Sr. **Presidente**: — Não estou a defender o Governo. Estou a falar das alegações que...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — O Governo tem que defender o seu orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Mas é isso que estou a querer fazer, relembrar aquilo que o Governo disse. O Governo disse que outrora, no anterior orçamento, era apenas dirigido a uma entidade, o Gabinete do Primeiro-Ministro. Desta vez, há o Gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministro Secretário-Geral do Governo. Das alegações que ouvi, é isso.

É apenas esse esclarecimento que queria levantar aqui para reflexão. Houve um acréscimo de mais 500 milhões por causa disso. Não estou a defender, mas a relatar apenas o que ouvimos aqui.

Pausa.

Há uma proposta para retirar a verba nessas rubricas e o que estou a dizer é que me baseei naquilo que o Governo argumentou. Agora, se o Governo quiser intervir, cabe a ele fazê-lo. Como disse, cabe a mim mediar, mas o que estou a fazer é trazer aquilo que foi dito aqui, para remediar.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, para uma intervenção.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, só quero dizer que há uma proposta e, se não é de consenso, deve ser submetida à votação. É só isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, depois de ouvir a proposta do Sr. Deputado Delfim Neves em relação ao valor de Dbs. 1 288 993 962,98 (um mil milhão, duzentos e oitenta e oito milhões, novecentos e noventa e três mil, novecentas e sessenta e duas dobras e noventa e oito cêntimos), a minha pergunta vai no mesmo sentido: como é que será o caso do Sr. Ministro Secretário? Envolve a mesma verba, ou são verbas à parte? Esta é a primeira questão.

Segunda questão, creio que, apesar de toda a gente aqui falar que estamos num momento difícil, é verdade, todos temos consciência disso, mas uma coisa é certa: ouvi aqui falar da nova tecnologia de informação que é bastante salutar, mas a presença também conta bastante. É nosso objectivo partir para outros horizontes e não ficar só nos tradicionais, em que vínhamos. Portanto, tudo isso requer meios e essa verba está inscrita no Tesouro Público. Quer dizer, quando houver é que se usa.

Não estamos aqui a fazer finca-pé, como muitos disseram. Há o princípio de votação e estamos serenos, mas só queríamos alertar para uma coisa: é que a proposta é do Governo e estamos aqui para sugerir e caberá ao Governo a última palavra, porque quem vai executar a proposta do Orçamento é o Governo. Portanto, é essa a questão que quero deixar bem clara, mas não tenho medo da votação. Votem!

O Sr. **Presidente**: — Vou passar a última palavra ao Sr. Deputado Sebastião Santos, para, em seguida, passarmos à votação desta proposta.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Desculpem-me de vez em quando algumas precisões.

A última palavra não é do Governo. A última é da Assembleia, que aprova o Orçamento. O Governo submete à Assembleia o Orçamento e cabe a ela aprová-lo ou não, porque quando o documento sai da Assembleia fica escrito «A Assembleia Nacional vota, nos termos dos artigos...». Já nem é proposta, já nem é projecto, é lei. É da Assembleia. Portanto, não há outra forma democrática de resolver a questão, se não submeter ao veredito dos Srs. Deputados. As argumentações servem para conscientizar, digamos assim, chamar a atenção dos Srs. Deputados, para o sentido de voto que querem fazer e nada mais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, venho escutando com muita atenção os subsídios e as intervenções dos Deputados e também do Governo. Embora já estejamos na parte final, gostaria de usar da palavra, antes da votação, para dizer o seguinte: o Governo é o órgão de soberania com poder de execução do OGE. Ele é que apresenta o seu Programa, e o fez, e nós os Deputados, no ano passado, votámos esse Programa. A cada ano o Governo apresenta o seu orçamento de acordo com a sua política.

Nas sessões plenárias anteriores, ouvimos alguns Deputados da oposição dizerem que estão aqui para contribuir, para dar subsídios para o Governo realizar a sua missão, que é a de execução, mas hoje parece que nada disso corresponde àquilo que disseram, e vou fundamentar o porquê. Mesmo que seja a Assembleia que tenha que aprovar o Orçamento, quem faz a política executiva é o Governo. Ele é que sabe qual é a sua necessidade em todas as suas acções. Não somos nós os Deputados. Nós fiscalizamos, é verdade. Se entrarmos nessa lógica, podemos alterar tudo aqui, porque temos a votação, temos a maioria e alteramos tudo. Não é só uma questão de subsídio.

Por isso é que penso que as intervenções não estão a ser responsáveis e assumo isso que estou a dizer. Dissemos, e todos concluímos, que o País está numa situação difícil, sabemos que o que o País produz não é suficiente para fazer face às despesas, sabemos que os nossos parceiros é que financiam o nosso orçamento e não só e se o Governo, este ano, devido a dificuldades, encontrou formas para encetar contactos externos para ajudar o nosso orçamento, queremos cortar a verba que permite ao Governo ir buscar verba para nos ajudar, e dizemos que somos responsáveis? Não estamos a ser responsáveis!

Se não formos bater portas, estaremos a matar-nos a nós próprios internamente, e é isso que a oposição quer. A oposição não quer que o Governo vá lá fora buscar dinheiro para ajudar este povo, e dizemos todos os dias que queremos contribuir! Porque temos a maioria, vamos para a votação. Como se corta a viagem, pode-se contar tudo que está aqui. O Governo apresenta a sua proposta e nós aqui podemos alterar tudo. O que se quer deixar passar é que o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro viajam muito, por isso temos que cortar as verbas das viagens do Governo. É isso que se quer, mas não estamos a ser responsáveis. Sabemos que o País é pobre, não produz e o Governo tem que ir lá fora bater portas e abrir outras portas. Não só as tradicionais, precisamos de ir em busca de outros países e outros parceiros para ajudar São Tomé e Príncipe.

O Governo apresenta uma proposta e alguns Deputados da oposição, que se dizem preocupados com o povo, dizem «não, o Governo não pode viajar, corta», para quê? Para depois dizerem que não há dinheiro e virem fazer política, dizendo que não há dinheiro, que o Governo cortou dinheiro e que o País está mal.

Volto a dizer, ainda bem que isto está a tornar público, para o povo ficar a saber o que é que os Deputados da oposição querem fazer aqui, para depois dizerem que o País está mal, que o Governo não conseguiu formas de ir buscar dinheiro lá fora para ajudar a sua política. Assim deixa de ser também uma proposta do Governo. O Orçamento é uma proposta do Governo e se chegarmos aqui a cortar tudo porque temos poder, estamos a brincar com coisas sérias.

É isso que queria dizer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, sou forçado a falar, porque fui eu que apresentei a proposta.

Não vou falar nesse tom de quase nervosismo como falou o Sr. Deputado, mas devo dizer-lhe que alguns Deputados, e disse bem, que estão preocupados com este povo, que sempre viveram cá e sempre estiveram com este povo, o povo conhece e ele também sabe.

O que estamos aqui a fazer não é cortar por cortar. O próprio Sr. Deputado disse que isso é uma proposta e, como tal, todas as propostas são discutidas. Não havendo consenso, é a votação e é assim que se toma decisão aqui na Assembleia.

Não cortamos as viagens do Sr. Primeiro-Ministro, nem de ministro algum. O que dissemos é que não faz sentido, num momento de plena crise, duplicar a verba que estava destinada para 2011. O que estamos aqui a propor é que os mesmos montantes que estavam programados para 2011 se mantêm para 2012.

Pelo que eu saiba, o Sr. Primeiro-Ministro viajou muitas vezes...

O Sr. Sebastião Santos (PCD): — Ainda ontem viajou...

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Até viajou ontem...

O Sr. Sebastião Santos (PCD): — E para onde?

O Sr. Delfim Neves (PCD): — ...com a verba que está, certamente, no orçamento.

O Sr. Sebastião Santos (PCD): — Pois!

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Não se está a impedir o Sr. Primeiro-Ministro de viajar, nem qualquer ministro.

O próprio Orçamento, na sua página descritiva, está a dizer que este ano não entrou nada. De todas essas viagens que vimos fazendo, não veio nada.

Sr. Deputado, quero dizer que viemos cá para contribuir, mas a nossa contribuição também não pode nem deve ser feita só porque dissemos que vamos contribuir. A proposta do Governo veio e vamos aceitar como está? Não. O Regimento é claro, estamos a discutir o documento, na especialidade. Ainda só levantamos uma única proposta e já se está a discutir que vamos cortar tudo. Não. Em cada momento o Sr. Deputado verá que não se está a cortar tudo.

Mais, não estamos a cortar para diminuir o tecto orçamental, que é do Plenário. O Plenário aprovou o tecto orçamental e sobre isso não se toca. As verbas que vão sobrar, digamos, o remanescente dessas despesas com viagens, vão ser alocadas em locais que o Sr. Deputado vai ver que tínhamos razão...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Realocar.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Porque há despesas que devem ser feitas que consideramos prioritárias, que não estão no Orçamento. Não vou adiantar de momento, mas já que estamos a falar e a transmissão é directa, no momento devido vou dizer «as verbas que cortamos das despesas de viagens vamos alocar para fazer a, b e c» e depois o povo julgará se é melhor viajar, ou fazer essas despesas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, é para dizer ao Sr. Deputado Delfim Neves que o tom reflectiu, infelizmente, negativamente em si. Eu não gostaria, mas o meu tom passou para si...

Protestos do Sr. Deputado Delfim Neves.

As pessoas ouviram o seu tom também.

Quero dizer-lhe que se confirma, na minha opinião, alguma má-fé. O senhor mesmo frisou que o Governo duplicou a verba, mas nas suas sucessivas intervenções o Sr. Ministro explicou que não duplicou e explicou, variadíssimas vezes, porque é que esse valor lá está, mas o senhor quer insistir nisso...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Não percebi nada.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Depois.

É muito bonito vir aqui dizer que não se tocou no valor final, mas se quer contribuir para alterar numa rubrica e ajudar noutra.

Requito, o Governo tem que ter condições de ir lá fora pedir. No ano passado, havia aquela verba e graças a Deus, com todas as crises internacionais, pelo menos ainda conseguimos pagar os salários e conseguimos, minimamente, resolver alguns problemas. Logo, o que o Sr. Deputado quer é que se aplique o mesmo valor do ano passado, quando sabemos que temos mais necessidade de ir lá fora pedir, porque o mundo está em crise e sabemos disso. Só com a internet e o telefone dificilmente podemos ir buscar dinheiro lá fora. O que o Sr. Deputado quer é estrangular a possibilidade de o Governo ir lá fora buscar dinheiro para este povo. É essa a vossa proposta.

O Sr. **Presidente**: — Estou a ver que os debates estão bastante acalorados.

Em seguida, vou dar a palavra ao Sr. Ministro e depois aos Srs. Deputados.

O Sr. **Ministro, Secretário-Geral do Governo**: — Sr. Presidente, se volto a tomar a palavra neste debate é porque não ficou claro se de facto estamos a discutir o orçamento, as viagens ou o Gabinete do Primeiro-Ministro. Esta é uma primeira questão.

A segunda questão, repetir, é que há uma exagerada focalização nas viagens do Primeiro-Ministro, dos ministros e não sei quê mais. Agora, o que quero dizer é que as viagens não são necessariamente dos membros do Governo. Se formos ver a percentagem daquilo que são viagens dos técnicos que se deslocam a conferências, negociações e formações, estou convencido que é, de longe, superior a viagens dos ministros. Creio que é assim hoje e creio que foi também assim no passado.

Dito isto, é preciso dizer-se uma coisa importante. É que o orçamento é uma construção lógica e sistemática que se assenta numa prioridade do Governo. Essas prioridades decorrem de outros instrumentos, como o Programa que a Assembleia aprovou.

Ora, quando se mexe num elemento, faz-se desabar todo o edifício. Sobretudo, quase se mexe num elemento que é crucial, altera-se tudo, principalmente, quando se tem como coisa subjacente, embora não se queira dizer aqui, que se pretende afectar a outros sectores. Então, deixa de ser uma política do Governo, porque ele escolheu essas prioridades e precisa de determinados instrumentos para lidar com essas prioridades. Se o Governo é privado desses elementos para lidar com essas prioridades, ele tem dificuldades.

Depois, eu disse aqui e repito que se estamos a discutir o orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro, estamos a falar de uma subida de cerca de 20 000 euros. Um aspecto.

Um segundo aspecto que aqui me escapou, mas é técnico e não falaria sequer disso se não se tivesse levantado é que se está a dizer que há paridade dobra/euro e não subiu, mas se desconhece um facto, os bilhetes internacionalmente são cotados em dólares. A relação entre o dólar e o euro não é assim tão pacífica como se quis dizer aqui. A relação entre o dólar e o euro é desfavorável e, neste momento de crise, muito desfavorável no mercado internacional.

Era isso que eu queria dizer e, sobretudo, chamar a atenção dos Srs. Deputados, que têm que aprovar o orçamento. Que essa é uma construção e a administração precisa de meios para funcionar, quer do ponto de vista interno quer do ponto de vista internacional.

Outra coisa que se disse aqui que não é justo, porque não é objectivamente verificável é que se pôs muitas viagens para o ano passado e nada entrou. «Nada» foi a expressão que se utilizou. Uma vez mais, se está a pensar que as viagens são só para ir buscar dinheiro, quando há formações, conferências e outras coisas, até viagens de cortesia, porque os Estados obrigam-se a determinados rituais e a eles não podemos escapar.

Dizer-se que nada se conseguiu não é verdade, porque se não o País teria parado. Há contas, a Assembleia tem essa competência e pode verificar que o País cresceu em alguma coisa sim, o País permaneceu de pé. Se não se entrou numa situação pré-insurreccional é porque alguma coisa entrou.

Portanto, era isso que eu gostaria de dizer e era bom que os Srs. Deputados, ao fazerem as suas votações, não tivessem em mente essa obsessão em relação a viagens. Não pode haver. Com esse espírito não estaríamos a prestar um bom trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Ministro das Finanças, que também quererá fazer mais algum esclarecimento, antes de passarmos à fase de votação.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha intervenção é no sentido de acrescentar alguns aspectos já abordados pelo Sr. Ministro Secretário-geral.

Quando os Srs. Deputados propõem a alteração da verba afecta a qualquer acção...

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos em sede da 2.ª Comissão e peço a vossa atenção...

O Sr. **Sebastião Santos (PCD)**: — Eu estou atento.

O Sr. **Presidente**: — Sim, mas o Sr. Deputado Delfim está a discutir com um técnico da Assembleia, quando o Sr. Ministro está a intervir e assim não convém.

Sr. Ministro, pode continuar a sua intervenção.

O Sr. **Ministro das Finanças e Cooperação Internacional**: — Portanto, quando os Srs. Deputados propõem a diminuição ou a alteração total de uma determinada verba afecta a uma acção determinada, que faz parte integrante da política do Governo, isso significa que os Srs. Deputados também estão a pôr em causa a execução dessa acção. É preciso ter isso em conta e é preciso também que sejamos responsáveis, quando estivermos a propor essas alterações. Já assisti aqui nesta Assembleia propostas de alteração das dotações orçamentais que levaram o Governo a não realizar determinadas acções inscritas no seu Programa e a repartição da verba não permitiu que executasse na totalidade a acção que estava inscrita.

Queria só com isso dizer que quando tiverem que propor uma alteração, alterações devem ser propostas, porque a opção orçamental é do Governo, tivessem em conta que a alteração pode pôr em causa a execução cabal de uma acção proposta. É preciso ter isso em consideração. Pela experiência que tenho, isso já aconteceu aqui.

Propôs-se a redistribuição de determinadas verbas e, infelizmente, no momento de execução não foi possível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Gaudêncio Costa (MLSTP/PSD)**: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo,...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Idalécio Quaresma, para um ponto de ordem.

O Sr. **Idalécio Quaresma (ADI)**: — Sr. Presidente, creio que estamos a voltar à Plenária passada. O Sr. Deputado Gaudêncio Costa está a falar em nome de quem?

O Sr. **Presidente**: — Por acaso o Sr. Deputado Gaudêncio pediu a palavra, mas há algum problema nesse sentido?

O Sr. **Idalécio Quaresma (ADI)**: — Não sei, estou a perguntar-lhe, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vou pedir aos serviços para ver o que se passa.

Pausa.

Srs. Deputados, acabo de ser informado de que o Sr. Deputado Gaudêncio está a assistir ao debate, mas penso que há um problema com a sua presença cá, porque entrou nos serviços da Assembleia um

documento, mas não houve ainda despacho. Os procedimentos já estão feitos, mas o documento ainda não baixou para os serviços e assim ele ainda não pode ocupar o lugar do Deputado que está a substituir.

Portanto, é a explicação que acaba de ser dada.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para um ponto de ordem.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, acho que não há condições para se concluir este debate, primeiro, porque qualquer Deputado, desde que esteja em funções, mesmo não sendo membro da Comissão, pode e deve participar no debate.

Não estou a fazer advocacia para ninguém. O que estou a dizer é que se o Sr. Deputado foi substituído por outro Deputado, ele está em plenas funções e pode participar no debate. Se ele foi substituído ou não na Comissão, são coisas totalmente diferentes. É preciso que os serviços esclareçam. O que é que estamos aqui a discutir? Eu vi o Sr. Deputado a assinar a presença. Ele não pode assinar a lista de presença se não for Deputado. É preciso explicar isso. Se ele foi substituído por outro Deputado, está em funções. Agora, se ele pertence ou não à Comissão, isso é outra questão.

Sobre esta questão de substituição nas comissões é preciso observar o que diz o artigo 44.º ponto 4:

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — «O grupo parlamentar a que o Deputado pertence pode promover a sua substituição na comissão a todo o tempo.»

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — A todo tempo, mesmo aqui. Diga-me em que artigo do Regimento é que está isso. A compreensão é uma coisa muito difícil. Quando se diz «a todo tempo» não sei o que o senhor quer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, atendendo que há pessoas que estão a recorrer ao Regimento e há certas dúvidas, para ultrapassarmos isso seria bom que fizéssemos uma pausa de 10 ou 15 minutos, para depois continuarmos os trabalhos, de modo a não ficarmos assim com essa discussão aleatória.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos uma proposta de suspensão, mas acho que 15 minutos é muito tempo.

Se os Srs. Deputados concordarem, vamos suspender por 10 minutos, para rapidamente analisarmos esse assunto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Semedo.

O Sr. **Arlindo Semedo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não sei se essa suspensão por 10 ou 15 minutos é mesmo para resolvirmos pontualmente este assunto porque depois vamos regressar e vamos à mesma tónica. É por isso que gostaria de saber se a suspensão é para efectivamente resolver esse problema.

O Sr. **Presidente**: — Essa suspensão é para nos inteirarmos desse assunto e sabermos como resolvê-lo.

Ele não pode votar como membro da 2.ª Comissão. É o que acabaram de informar-me agora.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sebastião Santos.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — A Assembleia pergunta porquê. Não cheguei logo no início da reunião.

V. Exa. está a presidir a 2.ª Comissão Especializada da Assembleia. Quais são os membros que fazem parte desta Comissão que neste momento estão em função aqui?

Como é que o senhor verificou o quórum para dar início aos trabalhos?

O Sr. **Presidente**: — No início da sessão, por acaso estiveram cá todos os Deputados. No seio da Comissão eram cinco ou seis.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Obrigado Sr. Presidente.

A Comissão Especializada é o formato do Plenário em miniatura. Da mesma forma como o Presidente da Assembleia faz saber quem são os membros do Plenário e quais são os presentes, para dar abertura à reunião, a mesma coisa deve ser feita em comissão especializada, assinatura de presença, porque isso é que vai, amanhã, confirmar que estiveram presentes. Deve dizer que na 2.ª Comissão os membros são fulanos. É assim que o processo é feito e que sempre foi feito nesta Casa Parlamentar, por isso é que estou a perguntar-lhe, Sr. Presidente, quem são os membros da 2.ª Comissão Especializada Permanente, neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Sebastião Santos, tenho a impressão de que houve um colega Deputado que fez uma proposta e acho que devemos suspender, analisar rapidamente e depois passaremos a outro campo.

Murmurios.

A questão para mim agora parece mais grave, porque a lista inicial é esta e nela os Deputados que estiveram presentes quando iniciamos são: Gil Mascarenhas da Costa, António Trindade dos Ramos, Octávio Boa Morte, Alexandre Guadalupe, Adilson Cabral Managem, Dionísio Fernandes, em substituição de Guilherme Octaviano e entrou o Sr. Deputado António Barros.

Uma Voz: — Ele é efectivo?

O Sr. **Presidente**: — Efectivo. Ah, o Sr. Deputado Dionísio está a substituir o Sr. Deputado Guilherme Octaviano e António Barros?

Uma Voz: — O Sr. Deputado António Ramos é efectivo da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Gaudêncio Costa não assinou a primeira lista e aparece agora uma outra com o nome dele.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Quantos membros compõem esta lista da Comissão?

O Sr. **Presidente**: — São nove.

Murmúrios.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Não, não. A lista inicial, sem acréscimo, sem nada.

O Sr. **Presidente**: — São oito.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Pelo que consta aqui, o Sr. Presidente está ausente, é o Sr. Deputado Alcino Pinto.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Foi substituído?

O Sr. **Presidente**: — Até agora não, não vi nada sobre isso.

O Sr. **Sebastião Santos** (PCD): — Estamos a tratar de coisas muito sérias. Aí é que vem a questão do Regimento. «Os membros das Comissões Especializadas são substituídos a todo tempo.» Basta o grupo parlamentar chegar e dizer quem vai representar é fulano, acabou-se. Não é susceptível de discussão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares e da Descentralização**: — É só para dar a minha colaboração, embora seja um assunto que não me diz respeito. É verdade que, regimentalmente, qualquer Deputado pode ser substituído a todo tempo, mas devemos ter em conta o aspecto regimental da questão que está em causa. O Sr. Deputado Gaudêncio Costa, na Plenária passada, tentou substituir alguém de forma ilegal e isso foi constatado. Quer dizer que neste momento ele não é Deputado em efectividade de funções.

Murmúrios.

Ele não pode, pura e simplesmente, substituir alguém na Comissão. Isso não pode ser. Regimentalmente, isso não é possível. Portanto, sugeria ao Presidente da Mesa que fosse aos serviços da Assembleia esclarecer melhor o assunto e voltasse aqui para dizer se não temos razão.

Se o Sr. Deputado Gaudêncio Costa tem razão, então tudo bem, o procedimento está escrito. Alguém tem que manifestar que quer ser substituído.

O Sr. **Presidente**: — Dito isso, vou suspender a sessão por alguns minutos, vamos esclarecer a questão e vou junto à Mesa da Assembleia saber o que se passa.

Eram 10 horas e 58 minutos.

Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 11 horas.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, porque estamos sobejamente atrasados.

Estão cá os técnicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidade à espera.

Sem mais delonga, gostaria de chamar os Deputados em efectividade para rapidamente darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Vamos passar rapidamente à votação da proposta inicial, porque estamos muito atrasados. É só este apelo que quero fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gaudêncio Costa.

O Sr. **Gaudêncio Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Caros Colegas Deputados:

A intervenção que quero fazer é sobre a proposta que foi lançada pelo Grupo Parlamentar do PCD. A proposta tal qual como foi feita dar-nos-ia margens se houvesse nesse ou naquele sector a possibilidade de se diferenciar em função das necessidades específicas dos sectores.

Qual foi a proposta inicial? Há um tecto de 16 biliões, a proposta é de diminuir para 8 biliões e o Governo com este valor poderia afectar aos sectores em função do programa e das necessidades que tem. Possivelmente poderiam querer manter o nível do orçamento que afectaram ao Gabinete do Primeiro-Ministro.

O que estamos a propor, e subscrevo a proposta, é que dos 16 biliões se diminua para 8 biliões e a partir daí o Governo poderá afectar em função das necessidades que tiver.

Deixe-me dizer que tenho alguma dificuldade em compreender a defesa que o Governo fez em relação ao tecto que propôs. Na minha intervenção, que foi impedida pela sugestão dos Deputados da ADI, eu ia precisamente dizer isso. Não se comprehende como é que numa altura de austeridade, em que o Governo está a fazer um grande esforço para melhorar a cobrança das receitas, numa altura em que é exigida aos cidadãos maior sacrifício em termos de contribuição, vai-se aumentar em quase 100% as necessidades de viagens.

Também quero dizer que muito de nós já esteve no governo e comprehendemos que muitas viagens que são feitas são improdutivas, à partida, e muitas servem como complemento do magro salário que os funcionários públicos auferem.

Na minha perspectiva, entendo que devemos manter a proposta de cortar nas viagens e volto ainda à questão que foi levantada relativamente à Região do Príncipe. Esta medida mostra uma falta de solidariedade da parte do Governo relativamente aos nossos concidadãos da Região do Príncipe. Sabemos que as viagens foram aumentadas para fazer a ligação, o que é um direito constitucional dos nossos concidadãos da ilha do Príncipe, e o Governo disse: «vocês que se desenrasquem». Estão a aumentar a rubrica «viagens» e muitas delas, repito, sabemos que são infrutíferas. A esse respeito, relativamente aos nossos concidadãos da ilha do Príncipe, lá mais para frente, faremos uma proposta.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado acabou de fazer o seu esclarecimento e vou dar a última palavra ao Sr. Ministro, para passarmos à aprovação da proposta feita desde o início pelo Sr. Deputado Delfim Neves.

Tem a palavra o Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo.

O Sr. **Ministro, Secretário-Geral do Governo**: — Sr. Presidente, se tomo a palavra aqui é porque creio que o povo do Príncipe merece um bocado mais de respeito. O Sr. Deputado que acabou de falar disse que há um problema de ligação com o Príncipe e que nós todos sabemos que é um problema sério. O Governo não disse que o povo do Príncipe se desenrasque. Não se deve dizer isso.

Eu creio que há um espaço para se fazer política e há um espaço para se discutir o Orçamento, que é uma coisa séria.

O Governo disse aqui que está em negociações bastante avançada e em fase de conclusão, para colocar em São Tomé e Príncipe dois aviões e um deles com o intuito, se tudo correr como previsto, para fazer uma ligação diária com o Príncipe.

Disse-se aqui que o preço está tão alto hoje por causa da pouca frequência. Quer dizer, quer-se resolver o problema de forma estrutural, de forma duradoura e não é sério que numa Casa como esta se diga a uma parte considerável do nosso território que o Governo disse «desenrasque».

Portanto, outros talvez o disseram ou pretendem dizê-lo, mas este Governo não disse isso, não quer dizer isso e não é menos solidário que os outros governos em relação ao Príncipe. Se quisermos fazer essas contas, aqui sim seremos obrigados a voltar para o passado e ver as transferências e os apoios que

foram feitos e comparar para se ter as informações e discutirmos na base de informações e não na base de percepções.

Dissemos quais eram os nossos argumentos e continuarmos a pensar que são válidos, representam uma lógica interna do orçamento, há uma sistémica necessária, porque o Orçamento é um documento construído com um certo rigor científico, porque a lógica é ciência.

Portanto, os Srs. Deputados são soberanos nessa matéria, decidirão finalmente, felizmente vamos passar à votação, mas é necessário que se acautele sobre aquilo que se diz ao nosso povo. O Governo não disse isso, o Governo não age assim, nem quer agir assim.

Para o povo do Príncipe, como dizem, há uma solução que está a ser trabalhada, vamos ver se ela resulta, porque também já houve outras soluções, outras tentativas por outros governos, tentativas legítimas, mas que falharam. Então, estamos a tentar essa, vamos ver se resulta e estamos a pôr tudo para que ela resulte. Não podemos aceitar, enquanto Governo, que venham dizer perante um problema crucial de continuidade de território, levantado por um Deputado legítimo da República e o outro Deputado venha pôr na boca do Governo aquilo que se calhar é sua intenção.

Não concordamos com isso, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Não vamos polemizar mais essa questão, vou passar imediatamente à votação da proposta feita pelo Sr. Deputado Delfim Neves, se a memória não me falha, a proposta de se manter a verba inicial.

Uma Voz: — Sr. Presidente, ...

O Sr. **Presidente**: — Desculpe, Sr. Deputado, mas vamos avançar. Queremos avançar, porque os elementos do Ministério dos Negócios Estrangeiros estão à espera. Já devia continuar desde às 10 horas e 30 minutos.

Peço desculpa, mas vamos passar à votação.

Uma Voz: — É direito a resposta.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à votação da proposta inicial feita pelo Sr. Deputado Delfim Neves. Vou colocar a proposta à votação.

Submetida à votação, foi aprovada com 5 votos a favor e 4 votos contra.

Agradeço o Sr. Ministro, Secretário-Geral do Governo pela sua presença e vamos rapidamente iniciar o debate na especialidade com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

Declaro encerrada a reunião.

Eram 12 horas e 20 minutos.